

***Coloured* e o Estancamento da Mediação Racial na África do Sul¹**

Fernando Rosa Ribeiro²

Núcleo da cor – Museu Nacional – UFRJ

RESUMO: *Coloured* como categoria racial representa na África do Sul um elemento residual que subverte e potencialmente ameaça o sistema essencialista de classificação racial da sociedade. Ao contrário do Brasil, onde *mestiço* foi concebido como o ponto de transcendência do sistema racial, mediante a ideologia do branqueamento, *coloured* (que é a categoria equivalente na África do Sul) tornou-se tudo aquilo que o sistema não conseguia classificar. Em lugar de base da nacionalidade, como *mestiço* no Brasil, no pensamento sul-africano *coloured* converteu-se em uma categoria estanque como “branco” e “negro”. Contudo, a classificação essencialista não consegue dar conta da categoria, já que esta última termina por subverter a primeira. O artigo tenta mostrar a especificidade da categoria na atualidade e sua gênese no período colonial.

PALAVRAS-CHAVE: *coloured* (“mestiço”), África do Sul, classificação racial, essencialismo.

É domingo à noite, final do verão em Sea Point, um bairro da Cidade do Cabo com um ar praieiro, próspero e despreocupado que lembra Ipanema, no Rio. O bairro é um dos principais focos de vida noturna da cidade. Estou no *Chaplin's*, em Main Road, um restaurante-teatro, isto é, um restaurante com um pequeno palco para produções de menor porte, onde assisto a um musical sobre um rapaz que gosta de se vestir com roupas de mulher. Há duas mulheres na peça, uma jovem branca e alta com um sotaque que para mim soa bastante britânico e uma negra baixinha com uma voz poderosa, uma cantora que surgiu recentemente nos palcos da cidade: Stella Magaba. O ator é Jay Pather. O amigo que me levou para ver a peça – Patric – sussurra no meu ouvido que Jay é altamente qualificado: tem vários diplomas em *speech* (algo que seria talvez “dicção”) e artes cênicas.

O musical/performance é divertido sem ser superficial: metade do restaurante ri bastante e a outra metade (a metade mais branca) no mais das vezes se contém. Mais tarde, já em roupas corriqueiras, Jay se aproxima de nossa mesa – estou sentado com vários amigos sul-africanos e uma holandesa – e começa a conversar com um de nós: Patric, que tem um penteado afro longo, feito de tranças que ele prende atrás da nuca. Os dois começam a discutir sobre aspectos do musical. Jay está preocupado com a linguagem que utilizou (ela é acessível? não será demasiado elitista?) e também com o fato de que talvez ele não tenha transmitido à audiência sua origem. Isto é, como ele diz, talvez a audiência não tenha se dado conta *where he is speaking from* (de onde ele está falando). Minha atenção se aguça: Jay é *coloured*. Para mim, contudo, ele parece branco (principalmente porque está maquiado). Mas sua identidade – isto é, para ele, a posição de onde ele está falando – é a mesma de Patric. Ambos são *coloureds*. Além disso, para complicar um pouco, ambos são *blacks* também.

Vamos examinar a situação – lá estou eu, um brasileiro (branco), sentado numa mesa com um grupo de amigos *coloureds* e uma ho-

landesa, vendo um musical que, para mim, é a história de um garoto branco que gosta de se vestir com roupas de mulher e é homossexual. Terminado o musical, descubro que assisti a uma produção concebida e encenada por um ator negro que, maquiado como está, parece mais branco que eu e quase tão branco quanto a loira holandesa que está sentada à mesa conosco. Eu iria assistir à produção em outra ocasião e então repararia numa linha que deixei escapar da primeira vez: uma das cantoras/atrizes, fazendo o papel do pai do rapaz, descobre-o no quarto travestido e lhe diz, na voz engrossada e irada do pai, que “*it is a disgrace to be found out like this, especially for a black man*” (“é uma desgraça ser descoberto [vestido] desse jeito, particularmente para um homem negro”). É importante notar aqui que Jay não está praticando, à parte de seu travestismo *transgenderist* no palco, nenhum travestismo de “raça”. Ele se identifica como *coloured* e *black*, e as pessoas ao redor da mesa – como meu amigo Patric – não tinham nenhuma objeção a fazer com relação a essa identificação. Pelo contrário. Patric assegurou-lhe que certamente as pessoas se dão conta “de onde ele está falando”.

O que é *coloured*, o que é *black* aqui? Antes de responder, contudo, gostaria de complicar ainda mais um pouco a questão.

É sábado à noite, e estou em *Tangiers* (“Tânger”, o nome da cidade ao norte do Marrocos que décadas atrás era uma espécie de porto livre e meca homossexual). O bar fica em Loop Street, no antigo centro da cidade, que data do tempo holandês (séculos XVII e XVIII). Em lugar de edifícios de aparência holandesa, entretanto, Loop Street tem várias casas vitorianas de dois andares, com amplas varandas no primeiro andar e balaustradas elaboradas em ferro pintado de branco. Algumas das casas na parte baixa da rua (isto é, a parte mais próxima ao mar) foram reformadas e transformadas em bares, pubs e discotecas. *Tangiers* está situado exatamente na parte mais movimentada de Loop Street e é freqüentado principalmente por brancos e por alguns

coloureds. Estou com Graeme, um amigo *coloured* (que tem a pele escura e uma aparência algo indiana, bem diferente da de Patric ou de Jay). O bar está cheio de gente. Estamos olhando ao redor. Graeme tem uma lata de cerveja na mão; eu, uma taça de vinho branco seco (o Cabo é praticamente a única região vinícola do continente africano ao sul do Saara: o vinho sul-africano puxa ao francês, é de ótima qualidade e barato). A música *tecno* num volume alto não facilita a conversa. Percebo um rapaz encostado na parede, próximo a nós. Está vestido de maneira elegante, de terno. Olho para ele e fico em dúvida: *coloured* ou *black* (isto é, *african*)? Pergunto a Graeme, que me responde sem hesitar: *coloured*. Fico perplexo: para mim, poderia perfeitamente ser um africano. Pergunto-lhe como sabe: ele me diz simplesmente que sabe. É a maneira de cortar o cabelo, de se vestir, de se portar.

Outro local noturno, outra noite: agora trata-se de Woodstock, uma área racialmente mista (durante o *apartheid*, direitos residenciais para *coloureds* numa parte e brancos na outra). Mesmo no auge do *apartheid*, contudo, Woodstock ficou famosa no país e no estrangeiro (assim como seu congênere em Joanesburgo, Hillbrow) por ser um local onde havia desobediência deliberada à *Group Areas Act*, de 1950, a Lei de Áreas de Grupo, que determinava que áreas estavam reservadas para quais grupos raciais de pessoas. Trata-se de um bairro cheio de casas vitorianas do começo do século, que se tornou em grande medida um bairro de classe média baixa. Hoje é um local favorecido por jovens profissionais de várias raças, por ser atraente, próximo ao centro da cidade e ainda barato em termos de aluguel e preço de casas. Nesse bairro, existe um pub/restaurante peculiar, o *Don Pedro's*, que é bastante misto tanto racialmente quanto no que diz respeito à orientação sexual de seus clientes. É um lugar freqüentado por universitários, acadêmicos, jornalistas, pessoal de teatro e músicos de jazz (a Cidade do Cabo é um centro produtor e difusor de jazz pelo menos desde o

começo do século), além de profissionais de diversas áreas. É bastante conhecido em certos círculos e é um dos poucos lugares na cidade onde as pessoas de várias raças se misturam não só no sentido de estarem juntas no mesmo local ao mesmo tempo, mas também no sentido de se relacionarem umas com as outras, conversarem e ficarem amigas.

Graeme foi a primeira pessoa que me levou ao *Don Pedro's*: o dono é Sean O'Connor. Por trás desse nome tipicamente irlandês tem um cara alto, de cabelo bem longo e que no Brasil seria branco. Aqui, ele pode ser *coloured*. Foi no *Don Pedro's* que Graeme me apresentou a várias das pessoas que agora conheço na Cidade do Cabo, entre elas Neill, que costumava trabalhar como gerente de uma *franchise* da cadeia americana *Kentucky Fried Chicken* em Mitchell's Plain, uma área designada pela Lei de Áreas de Grupo como *coloured*. Para Graeme, Neill é um exemplo vivo do que é em geral considerado como sendo a "arbitrariedade" da classificação *coloured*: isto é, ela não corresponde a nada muito definido. Neill é o que poderia ser chamado popularmente no Brasil de "negro piche". Contudo, ele não é africano: ele é *coloured*.

Vamos resumir a nossa equação racial até o momento: Jay é *coloured* e *black* (mas não *african*); Patric, que tem a pele negra, também é tanto *coloured* como *black*; Neill, que é mais negro ainda que Patric, também é *coloured* (mas não sei se é *black*). Graeme, que tem pele escura, embora não muito negra, e uma aparência meio indefinível, com algo de indiano, é *coloured*: um *black coloured*, ele me disse uma vez, em lugar de ser um *black african*.

Deixando *coloured* de lado por um momento, vamos deslindar o sentido de *black*. O termo tem pelo menos dois sentidos principais: um usado durante os últimos anos do *apartheid* pelo movimento de liberação ou por todos aqueles que se opunham ao regime, isto é, como termo designando todos aqueles oprimidos pelo regime *que não fossem classificados oficialmente como brancos*. O termo excluía os

membros do movimento de liberação que eram classificados como brancos, mesmo que fossem oprimidos pelo regime (digamos, presos, torturados, etc.), e incluía até aqueles que tinham aparência branca mas eram classificados como *coloured*. É por isso que alguém que me pareceu branco como Jay é *black*. Porém, esse sentido de *black* se restringe aos anos de luta contra o *apartheid* e às pessoas que hoje se identificam ainda com essa luta e, conseqüentemente, com essa acepção abrangente de *black*, que nunca foi, contudo, adotada por todos os *coloureds*. Hoje essa acepção está caindo em desuso, como discutirei adiante.

A outra acepção de *black* é a de *african*: isto é, ela aponta para uma autoctonia. Para usar uma designação significativa empregada pelo governo branco até os anos 30, *africans* são os *natives*, os “nativos” ou autóctones. Em termos mais corriqueiros e usuais, *african* é usado para designar os africanos que provêm de alguma das etnias que habitam o país desde antes do período colonial. Finalmente, *black* também pode indicar simplesmente alguém com a pele negra: em outra ocasião, sentado numa mesa do *Chaplin's* com Patric, uma moça e um professor belga da Universidade da Cidade do Cabo, passei o jantar inteiro curioso. Eu queria saber qual era a classificação da moça, mas não ousava perguntar (interesse pela classificação alheia, especialmente quando demonstrado por brancos, pode ser interpretado como evidência de racismo). Quando o casal foi embora, perguntei a Patric se ela era *black*. Ele retorquiu que não entendera minha pergunta porque ele, Patric, também era *black*: me indicou a pele negra de seu braço. Perguntei-lhe então se a moça era *african*: Patric respondeu que sim.

Para um estrangeiro, mesmo para um antropólogo curioso a respeito das classificações locais como eu, é difícil ler os sinais: uma diferença de sotaque ao falar inglês (que, junto com o afrikaans, é a língua do contato inter-racial por excelência na África do Sul), uma certa maneira diferente, uma “pinta” peculiar, indicam se uma pessoa é *coloured*,

african ou branca. Um estrangeiro, mesmo após mais de um ano de residência no país (como é o meu caso), não consegue ler esses sinais com facilidade. Além do mais, mesmo os sul-africanos se confundem às vezes: por exemplo, Bradley, outro conhecido meu *coloured*, uma noite me indicou Neill no *Don Pedro's* – que Bradley não conhecia – como sendo *african*. Shireen – uma amiga *coloured* que facilmente pode passar por branca – uma vez teve a experiência na rua de se tornar a confidente informal de uma mulher branca que se queixou com ela a respeito dos *coloureds* como sendo um povo estúpido e ignorante (sempre existiu grande preconceito entre os brancos com relação aos *coloureds*), sem que a mulher se desse conta de que estava falando com uma *coloured*.

Deixando agora de lado a questão (no fundo, quase tão complexa) de saber quem é *black*, se alguém que é fenotipicamente branco – para todos os efeitos – ou fenotipicamente negro – para todos os efeitos – pode ser *coloured*, então o que é *coloured*? Seria *coloured* uma categoria, digamos, mais “étnica” que “racial”? Isto explicaria, aos meus olhos brasileiros, porque tanto Shireen como Neill – fenotipicamente tão distintos um do outro – são ambos *coloureds*. Essa explicação tem alguma valia. Contudo, a explicação mais produtiva é a de que *coloured* é uma identidade resultante do que é conhecido na literatura sobre os Estados Unidos como a *one-drop rule*: a “regra de uma gota de sangue” (negro). Isto é, como regra geral, nos Estados Unidos, pessoas com qualquer ascendência negra, por mais remota e longínqua que seja, são consideradas *black*. Na África do Sul, esse princípio – ou melhor, o fundamento essencialista deste –, embora aplicado na prática de maneira diferente dos Estados Unidos,³ é o princípio que está por trás da categoria *coloured*: qualquer sinal ou prova de uma ascendência negra (ou não branca) ou branca poderia levar à classificação (oficial ou não) como *coloured*. Nesse sentido, *coloured* se tornou uma categoria-tampão entre a população classificada como branca e a maioria

da população que era classificada como *native* ou *african*. Essas classificações são históricas na África do Sul e datam de bem antes do *apartheid*, tendo suas raízes no século XIX: o que o *apartheid* fez foi simplesmente “rigidificá-las” na lei.

Coloured foi construído como sendo uma categoria intermediária para pessoas de *mixed blood*. Em realidade, é uma categoria de um sistema profundamente essencialista que define os dois pólos principais de autoctonia como sendo “branco” e “negro” e exclui qualquer produto misto como residual. Em princípio, aqueles que não são africanos não podem se tornar brancos nem depois de várias gerações de um processo de “branqueamento”. Embora membros de uma mesma família tenham sido classificados diferentemente, como *coloured* ou como branco, pelo regime do *apartheid* após a promulgação do *Population Registration Act* (“Lei de Registro [Racial] da População”) de 1950, de acordo com sua aparência ou aceitação pela comunidade como brancos, o princípio ideológico que rege a existência da categoria *coloured* é bem diferente do que rege as concepções relacionadas com “mestiço” ou “mestiçagem” no Brasil. Num mundo social concebido como profundamente essencializado, *coloured* não se tornou a *mestizo escape-hatch* da literatura brasilianista, isto é, uma categoria mediante a qual se poderia escapar da polarização representada pelo binômio negro-branco. *Coloured* é uma categoria intermediária, *mas não é uma categoria de mediação*. O mestiço como ponto transcendente do triângulo das três raças de Da Matta (1981), como o ponto onde a tríade branco-índio-negro se encontra e se “dissolve” em uma categoria comum fundante da nacionalidade brasileira, é uma figura bastante diferente do *coloured*. Em vez de *escape-hatch*, ou de via de escape, *coloured* é mais um *cul-de-sac*, um beco sem saída: no discurso essencializador da África do Sul, em vez de base da nacionalidade, como no discurso brasileiro, *coloured* se tornou uma categoria residual – impressada entre negro e branco – na qual é colocado todo aquele que

não for nem negro, nem branco, usando o princípio essencialista.⁴ A Lei de Áreas de Grupo de 1950 define *a coloured person* como alguém que não é branco nem é “nativo”.⁵ Contudo, diferentemente das outras categorias, *coloured*, por seu caráter residual, tem um lugar problemático no discurso porque não corresponde a um grupo essencialista bem definido. Daí meu amigo Graeme – e muitos outros sul-africanos – insistir em que se trata de categoria arbitrária (insistência que não existe com relação nem a “branco” nem a “africano”).

Na definição de essencialismo que utilizo, este é um sistema que postula a primazia da essência (do que uma coisa é) sobre a existência (o fato de a coisa ser ou o seu devir – ver, por exemplo, Mora, 1961:558). Nessa perspectiva categorizadora, o fato de que uma coisa ou ser é torna-se mero predicado de sua essência, isto é, daquilo que essa coisa ou ser é. Digamos, no discurso sul-africano de que trato aqui, *african* corresponderia a uma essência que implicaria certas variáveis raciais e culturais. A pessoa cuja classificação é *african* teria, supostamente, sua existência regida por essas variáveis que pertenceriam à sua essência. A definição de Crapanzano em seu trabalho sobre os brancos sul-africanos (1986:19) é concisa e útil:

O apartheid sul-africano, entendido aqui no seu sentido mais amplo [isto é, não meramente como sistema jurídico-político de opressão mas como pensamento ou ideologia], é um caso extremo da predisposição ocidental de classificar e categorizar tudo em termos essencialistas. Nessa perspectiva, uma vez que um objeto ou ser é classificado torna-se para sempre aquele objeto ou ser: isto é, ele tem uma identidade, partilha de uma essência específica, está sujeito a certas regularidades que são compreendidas como leis da natureza e tem um lugar próprio dentro de uma configuração específica do universo, um pouco à maneira de uma peça em um quebra-cabeças. A classificação essencialista é estática. Qualquer mudança de identidade, essência, regularidade ou lugar coloca um problema [...].⁶

Desse modo, para dar um exemplo aproximado, o fato de que alguém é negro ou branco, japonês ou alemão, homem ou mulher – isto é, sua *classificação* em termos de um discurso de raça, nação ou gênero – é muito mais significativo nesse tipo de pensamento do que sua existência como um indivíduo possuidor de múltiplas possibilidades.⁷

Nesse discurso essencialista, que postula identidades (diferenças) como categorias estanques e exclusivas, *coloured* surge no século XIX como uma tentativa por parte dos ingleses de classificar toda uma população livre que encontram na Colônia do Cabo que não é obviamente nem europeia nem africana. Os ingleses parecem ter desenvolvido um sistema de classificações exclusivistas antes dos holandeses, os primeiros colonizadores do Cabo da Boa Esperança, e quando a colônia – que foi o núcleo do que é atualmente a África do Sul – passou do domínio holandês para o inglês, em princípios do século XIX, a população da Colônia do Cabo, e mesmo a população branca de origem europeia (que vinha de várias nações), causou estranheza aos novos colonizadores porque não podia facilmente ser encaixada em categorias estanques. Ridd (1993:4) cita, por exemplo, o relato do capitão Robert Percival, que escreve em 1804 sobre os colonos do Cabo:

Contudo, tem sido tamanha a influência da mistura de hábitos, costumes, predisposições e línguas que poucos retêm qualquer traço distintivo do país do qual vieram originalmente; e faz-se necessário descrever toda a sociedade como um povo que difere extremamente dos nativos de qualquer parte da Europa.

Note-se aqui o uso de “nativo” (*native*) para designar os europeus e a percepção de uma população extremamente variada que, mais de meio século mais tarde, outra visitante inglesa, lady Duff-Gordon, descreveria em 1861 como “*the most motley crewe [sic] in all the world*” (“a corja mais misturada do mundo”). Em livro publicado no mesmo ano, J. S. Mason, um inglês colonial do Cabo, declara:

Ninguém consegue ficar por um dia sequer na Cidade do Cabo sem se impressionar com a variedade infinita da raça humana encontrada nas ruas. Indianos, chineses, malaios, cafres, bechuanas, hotentotes, *creoles*, “*afrikanders*”, mestiços [*half-castes*] de muitos tipos, e toda variedade de negros [...]. [apud Ridd, 1993:6, também para a frase de lady Duff-Gordon]⁸

No final do período colonial holandês (que foi de 1652 a 1795 e de 1803 a 1806), havia quatro categorias de pessoas na colônia: os funcionários da Companhia das Índias Orientais (dona e administradora da colônia), os *burgers* ou colonos livres (fazendeiros, taberneiros, estalajadeiros e comerciantes de origem européia), os escravos (provenientes de várias partes da África e Ásia) e os “hotentotes”, ou Khoi, que eram o único povo autóctone da região do Cabo (na época, a única parte do que é hoje a África do Sul que estava sob domínio colonial). Entre essas categorias judicialmente definidas, com diferentes privilégios e restrições, existia a categoria residual – juridicamente indefinida – dos negros livres ou libertos, que no final do século XVIII, principalmente na Cidade do Cabo, tornou-se cada vez mais importante numericamente, como Elphick indica (1979:380 e ss.).

É de se supor que dessa categoria, já residual e intersticial no sistema classificatório da colônia holandesa, que já causava problemas conceituais, surgiria menos de um século depois a categoria *coloured* nos censos coloniais britânicos a partir de 1865.⁹ Segundo Ridd (1993:8 e ss.), o primeiro censo de 1865 trabalhava com dois grupos: *european* e *coloured*, esta última categoria estando reservada para todos aqueles que não fossem considerados “*europeus*” (isto é, brancos de origem européia). Já aqui vemos em funcionamento o princípio essencialista. *Coloured* era subdividida em *hottentot*, *kafir* [*sic*] (cafre ou africano) e *other* (outro), sendo que a maioria dos classificados em *coloured* estava em *other*. Na Cidade do Cabo, *other* era 43% da população total. Nos restantes censos do século XIX, *other* tornou-se *mixed and other*. Mais de 90% de *mixed and other* era *mixed*: esta

última categoria incorporava todos aqueles que não podiam ser agrupados em termos de nenhuma classificação vista como “natural”: isto é, que não cabiam em nenhuma categorização essencialista. O diretor do censo de 1875 diz (apud Ridd, 1993:9) que *mixed and other*

inclui a população grande e crescente que se origina do intercuro entre os colonos e as raças indígenas e que ocupa o intervalo entre o povo dominante e os nativos.

Esta citação é muito importante, como nota Ridd: aqui o princípio do sistema já está estabelecido. *Mixed and other* cai no *intervalo* (*interval* no texto original) entre o “povo dominante” (os brancos) e os nativos: o diretor do censo quase poderia ter dito que essa categoria cai numa vala entre as duas outras. Isto é, a categoria é o território para o qual se desterra o que no fundo não tem classificação por não se coadunar com o princípio essencialista. A despeito de complicações do sistema classificatório nos censos coloniais subseqüentes (acréscimo de outras categorias e refinamento de distinções), o sistema tripartite será adotado no primeiro censo da União da África do Sul (país independente a partir de 1910), onde as três categorias serão *european*, *bantu* (banto ou africano) e *mixed and other coloured*. Esse sistema, embora mais tarde sempre produzindo “filhotes”, por assim dizer, isto é, subcategorias vinculadas a *mixed and other coloured* (que a partir de 1950 se tornará *coloured*), só sofrerá uma modificação substancial com a adição dos trabalhadores imigrantes indianos a partir do censo de 1921 como *asiatic*, subseqüentemente incorporados a partir de 1950 em *coloured* (até virem a ser novamente uma categoria à parte).

Tanto entre grupos classificados como *coloured* e entre os classificados como brancos, *coloured* continuou sendo um termo problemático, como evidencia a necessidade constante de refinar e subdividir a categoria (que adquiriu subcategorias durante o *apartheid* como *cape malay*, *cape coloured*, *griqua*, *other coloured*) e a persistência do

caráter residual simbolizado por *other*. Isto é, esta última subcategoria simboliza a incapacidade do princípio essencializador de dar conta do problema: por maior que seja o esforço classificatório, termina-se sempre com um resíduo intratável, o que não acontece nem com “brancos” ou “europeus” nem com os “nativos”. Estudiosos apontam desde há muito para o fato de que *coloured* é uma invenção oficial que não corresponde a nenhum grupo “real”: isto porque, como Ridd indica brevemente, tanto com relação aos ingleses do século passado como aos sul-africanos brancos deste século, o “real” era o que foi visto como “a primordialidade pura dos povos indígenas da colônia” (Ridd, 1993:5). Isto é, eles estavam interessados nos povos “puros” autóctones do interior da colônia, e não na população misturada e mestiçada da Cidade do Cabo e das fazendas. Existe, portanto, pouca informação derivada de documentação do século XIX a respeito dessa população. Nesse sentido, é significativo o conteúdo do livro que pode ser considerado como a primeira tentativa de sistematizar uma descrição etnográfica dos povos da colônia, *The native races of South Africa*, de George Stow, redigido no século passado e publicado em Londres em 1905, onde não estão incluídas nas “raças nativas” as populações mestiças do Cabo, que também não eram incluídas nos relatos coloniais lidando com a população de origem europeia. Ou seja, essa população mestiçada – que hoje constitui a maioria da população não só da Cidade do Cabo mas de todo o Cabo Ocidental, e que sempre foi numericamente importante e bastante visível nas ruas, como Mason já indicava no século passado – na imaginação colonial ocupava apenas um lugar muito marginal, a ponto de faltarem hoje informações detalhadas a seu respeito antes deste século.

Minha primeira intuição de que *coloured* era uma categoria diferente de “mestiço” no Brasil deu-se durante uma visita ocorrida logo no início de minha estadia na Cidade do Cabo. Graeme Hendricks foi uma das primeiras pessoas que conheci ao chegar no país. Logo quando nos

conhecemos, através de uma organização local que lida com prevenção de Aids onde trabalha como voluntário, Graeme me levou para fazer um passeio nas *coloured townships* do Cabo. As *townships* são um dos aspectos mais interessantes do sistema de *apartheid* e mereceriam um capítulo à parte: elas são a realização urbanística do *apartheid* como pensamento. Isto é, elas representam no espaço urbano a conceitualização essencialista do pensamento: assim como o pensamento segregacionista constrói categorias estanques e essencializadas, supostamente completamente separadas umas das outras, o governo do *apartheid* construiu uma rede imensa de subúrbios ao redor das cidades sul-africanas, cada um como uma área estanque separada não só da cidade propriamente dita (definida como branca) como também de suas congêneres. Trata-se de um conceito urbanístico diferente do conceito que associo com a maioria das cidades brasileiras: um espaço urbano mais ou menos contínuo e “desorganizado” (por exemplo, no caso do Rio e, mais ainda, Salvador). No espaço urbano sul-africano, os bairros estão freqüentemente separados uns dos outros por terrenos baldios ou quilômetros de áreas não ocupadas, ou então pelo menos por uma ponte ou uma rodovia com terrenos vazios em ambos os lados. Para mim esses terrenos vazios ou rodovias são a representação urbanística da compartimentalização essencialista do pensamento: isto é, representam o “espaço vazio” que baliza as categorias no pensamento. O futuro primeiro-ministro Verwoerd disse ao senado em 1952 que as áreas negras teriam de ser separadas das áreas urbanas brancas por um “cordão sanitário” (ver Davenport, 1987:373), termo que não poderia ter sido mais adequado ao pensamento que expressa.¹⁰

A imensa área *coloured* conhecida como Mitchell’s Plain é um caso típico. Mais que um mero subúrbio, é uma verdadeira cidade, com mais de 400 mil habitantes, diversos bairros, escolas e comércio. Está localizada a cerca de vinte milhas do centro da cidade e é uma unidade autocontida como a identidade essencialista *coloured*, tal como ela-

borada pelo pensamento de *apartheid*. Construída nos anos 70 para abrigar a população classificada como *coloured* nos anos 50 pelos funcionários do censo racial, e que foi expulsa da cidade e subúrbios adjacentes nos anos 60 e 70 (onde conviviam com os brancos), Mitchell's Plain é uma imensa área de formato mais ou menos quadrangular construída nas Cape Flats, as planícies arenosas entre a baía da Mesa e a baía Falsa, que separam a montanhosa península do Cabo das montanhas de Hottentots Holland. As Cape Flats se tornaram por excelência o *dumping ground* do *apartheid*, isto é, nessa metáfora escatológica, bastante apropriada, o terreno de despejo de toda a população que o governo considerava indesejável e acreditava necessário segregar para supostamente proteger a pureza da raça branca no país.¹¹

Mitchell's Plain é uma área autocontida: é só para *coloureds* (disse-ram-me que a única pessoa branca que mora lá é uma freira católica irlandesa), está isolada no meio das Cape Flats, sem bairros imediatamente vizinhos, com pouco mais de meia dúzia de estradas de acesso e uma linha de trem. A leste, encontra-se a maior *township* negra (africana) do Cabo, Khayelitsha, com uma população estimada em mais de meio milhão de habitantes.¹² As duas áreas estão isoladas uma da outra por uma ampla faixa de terra-de-ninguém que está sendo, contudo, reduzida rapidamente pela enorme expansão de ambas as *townships*.

Após viajarmos por quilômetros e quilômetros de paisagem monótona e vazia das Flats arenosas e apenas cobertas por alguns arbustos e árvores aqui e ali, com a silhueta escarpada de Hottentots Holland mal visível ao longe, chegamos a Mitchell's Plain no começo de uma tarde sufocante. Era fevereiro, o mês mais quente do verão do Cabo. Sob o sol forte, Mitchell's Plain me pareceu uma paisagem urbana vasta e desolada, com suas amplas avenidas sem sombra e suas fachadas desinteressantes e monótonas. Antigamente, não havia nada em Mitchell's Plain: era uma vasta área de favelas, praticamente sem comércio de espécie alguma e sem lugares de diversão.

Finalmente chegamos à Alpine Street Secondary High, a escola onde Graeme trabalhou em meados dos anos 80 como professor de Ciências. Um prédio amplo, de dois andares, com várias alas, num terreno bastante grande. Como em outras escolas que vi nas *townships* do Cabo, Alpine Street também sofre da falta de campos para a prática de esportes: seu terreno imenso é apenas relva, sem um único campo de futebol ou críquete (os esportes favoritos entre os *coloureds*). Faz um calor esturricante. Entramos, e Graeme me leva ao escritório de um dos diretores. Graeme cumprimenta todo mundo que encontra: ele conhece todos. Em seguida, vamos à sala dos professores: duas fileiras de mesas no meio de uma sala longa, onde alguns professores estão sentados. Sou apresentado como ilustre visitante estrangeiro. Enquanto Graeme e eu conversamos com os professores, tenho uma sensação de estranheza crescente. Aquelas pessoas à minha frente parecem brasileiros tanto fenotipicamente como pela maneira de se comunicar (bastante expressiva e aberta, sem o apego a uma comunicação que para mim parece bastante ritualizada, no caso dos brancos). Eles seriam brasileiros de classe média baixa, na minha cabeça. A sensação de estranheza vem do fato de que estou consciente de que eles *não são* brasileiros: eles estão falando em inglês e afrikaans com Graeme, e eu estou na África do Sul. Contudo, seja pelo calor intenso, seja pela surpresa, a sensação de estranheza permanece – e intensifica-se pelo fato de que aquelas pessoas estão lá só entre elas, isto é, não há brancos, nem negros, nem asiáticos por perto.

Após muita conversa, saímos da escola, justamente no momento em que as aulas terminam e os alunos voltam para casa. Ao deixarmos o estacionamento, observo a multidão de alunos saindo pelo portão. É uma visão absolutamente kafkiana: a sensação de estranheza da sala dos professores atinge agora um paroxismo. Entre os alunos está toda a variedade fenotípica possível e imaginável entre os pólos da branquira total e o da negritude completa. O governo do *apartheid* segregou

ali, com uma acuidade e precisão impressionantes, todos os seres humanos que tivessem o menor sinal de sangue negro ou branco. A regra essencialista (uma espécie de *one-drop rule* mas funcionando dos dois lados) foi seguida à risca. Foi ali, em Mitchell's Plain, na saída da escola de Alpine Street, que o *apartheid* se configurou para mim em todo seu imenso absurdo: enquanto eu observava aqueles alunos saindo, lutava para encontrar uma metáfora que pudesse traduzir minha sensação de estranheza. De noite, em casa, pensando em Mitchell's Plain com suas ruas vazias, sua aparência estranha de cidade artificial, o calor intenso e aqueles alunos, a única metáfora que pude encontrar foi a de ficção científica: o mundo do *apartheid* me pareceu um universo tão absurdamente artificial que não poderia ser deste mundo. No Brasil, aquelas pessoas se encontrariam em meio a outras na rua: isto é, em meio a brancos, negros, japoneses, etc. Aqui, elas haviam sido apartadas num mundo próprio, como uma gigantesca biosfera à parte. As pessoas que no Brasil seriam na minha cabeça o "povão" na rua – os mestiços que seriam na nossa ideologia da democracia racial o próprio estofado da nacionalidade –, na África do Sul são um povo à parte, segregado tanto com relação aos brancos quanto aos negros.

Em seu livro sobre o conceito de negro (*black*) e a *one-drop rule* nos Estados Unidos, o sociólogo americano F. James David alega que a regra da gota de sangue negro como determinante da definição de "negro" é peculiar aos Estados Unidos (David, 1991:13), e que na África do Sul não é o princípio que rege a definição de *coloured* (id., *ibid.*, p. 95). Como intimei anteriormente, usando os dados históricos de Ridd e minhas próprias observações, o princípio que rege a categoria é também essencialista, como no caso da *one-drop rule* nos Estados Unidos. David aponta como prova em contrário o fato da existência da

possibilidade de reclassificação racial no sistema de *apartheid*: uma possibilidade que era muito limitada, mas real. Contudo, essa passagem de uma classificação para outra (digamos, de *coloured* para branco), com anuência oficial, e o fato de que membros distintos da mesma família fossem classificados diferentemente (por exemplo, é o caso da família de Patric, que tem parentes que foram classificados como brancos) não indicam para mim que a regra da gota única – ou, mais exatamente, o princípio essencialista que está por trás do *one-drop rule* – não se aplica: apenas, a regra sul-africana teria dois gumes, isto é, ela é aplicada de ambos os lados (do lado branco e do lado nativo), e não unilateralmente, como no caso americano.

Uma questão interessante seria especular por que foi criado na África do Sul um sistema tripartite, enquanto nos Estados Unidos, onde esse existia no século passado (com a categoria intermediária de *mulatto*), começou-se a empregar crescentemente, principalmente a partir do final do século XIX, o sistema dualista, que impera atualmente.¹³ David dá como razão do aparecimento e subsequente predomínio do sistema dualista a pressão contra os estados sulistas escravocratas logo antes da Guerra de Secessão Americana. Esses estados, para justificar a escravidão, teriam criado uma ideologia baseada numa divisão de cor rígida, na qual os mulatos não tinham lugar: todos aqueles que possuíssem qualquer quantidade de sangue negro eram considerados inferiores. Após a Guerra de Secessão, essa ideologia passou para o Norte também, e a polarização racial no Sul subsequente à guerra acentou esse sistema dualista. Para defender-se da discriminação, como David mostra, os próprios negros (e mulatos) adotaram a divisão, com os mulatos se identificando com os negros e não mais com os brancos. Atualmente a regra de que qualquer traço de ascendência negra torna uma pessoa negra (mesmo que o fato não seja em absoluto visível na fenotipia da pessoa) é aceita como critério de definição de “negro” nos Estados Unidos, tanto pelos negros como pelos brancos.¹⁴

Na África do Sul, o sistema é diferente porque o *locus* conceitual de *black* é ocupado tanto por *coloured* como por *african* (e *indian*, que conceitualmente é quase uma subespécie de *coloured* ou, pelo menos, uma categoria paralela). Na minha opinião, o sistema tripartite na África do Sul tem sua razão de ser no caráter mais tradicional da sociedade sul-africana: a polarização racial que ocorreu nos Estados Unidos a partir do período anterior à Guerra de Secessão, e que se intensificou nas décadas seguintes até cristalizar-se no sistema dualista no começo deste século, chegou a ocorrer nas décadas finais do *apartheid*, como mostra o emprego da categoria *black* nos anos 70 e 80 pelo movimento de liberação e aqueles que com ele se identificaram, para designar inclusivamente africanos, *coloureds* e indianos. Contudo, esse emprego de *black* – que lembra a polarização ocorrida nos Estados Unidos –, e que também tem sua origem na luta contra a discriminação, está caindo em desuso atualmente, antes de tudo entre os próprios *coloureds* e indianos. O que está acontecendo, então, já que não se está desenvolvendo o sistema bipolar, que surgiu por um momento durante a luta contra o *apartheid*?

A resposta é que está havendo um movimento no sentido contrário ao do americano: nos Estados Unidos, os mulatos rejeitados pelos brancos e confrontados com a regra do *one-drop* foram os primeiros líderes do movimento negro. Como David mostra, não era possível aos mulatos se identificarem mais com os brancos, e mesmo aqueles que podiam passar por brancos não o faziam (porque a prática de *passing*, como ele indica, implicava a perda de todos os laços sociais e de família da pessoa que “passava”).¹⁵ Esse movimento na África do Sul consiste numa reafirmação indireta da especificidade e diferença da identidade *coloured* pela rejeição do Congresso Nacional Africano (visto como partido negro), nas eleições de abril de 1994, na província do Cabo Ocidental, pela maioria dos eleitores. Pouco antes das eleições, já era óbvio que o partido perderia nessa província, onde a

maioria dos eleitores é *coloured*. Uma verdadeira onda de preconceito contra os negros irrompeu entre a população das *coloureds townships* pouco antes das eleições, empregando exatamente os mesmos e velhos temas do preconceito branco: a proteção da mulher *coloured* (que tem como paralelo a proteção da mulher branca entre os brancos), por exemplo, que estaria supostamente ameaçada (de estupro) pelos negros.

Mesmo sem examinar a fundo a questão, ela indica a acentuação da clivagem racial, com a rejeição de uma identificação maior com a população africana. Nesse sentido, o emprego de *black* como termo inclusivo está caindo em desuso, e o velho sistema tripartite – que pareceu ameaçado durante o *apartheid* – volta a imperar. Interessante é também notar que essa rejeição dos africanos por parte de muitos *coloureds* tem como contrapartida não uma afirmação aberta de sua própria identidade, mas uma reenfatização da aproximação com os brancos (muitos *coloureds* votaram no Partido Nacionalista, tradicionalmente africâner), o que aponta para o que os pensadores africâneres dos anos 30 e 40 (que criaram o sistema de *apartheid*) já haviam indicado: os *coloureds* não possuem identidade própria e imitam (*aap*: “macaqueiam”) os brancos (ver, por exemplo, a obra de Cronjé, 1945, da qual retirei o termo *aap*).

Não posso examinar a questão a fundo aqui, mas essa aproximação tem a ver com uma recusa por parte da população *coloured* de uma identidade à parte. Isto é, há uma recusa do essencialismo e da compartimentalização. Antes do *apartheid*, existia entre os *coloureds* um sistema de branqueamento parecido ao brasileiro, que poderia levar ao *passing* ou à inserção dentro do grupo branco (foi muito difícil para o governo de *apartheid* classificar a população do Cabo, assim como havia sido difícil para o governo colonial britânico: daí famílias terem sido divididas, com alguns membros classificados como brancos e outros como *coloureds*). O próprio bairro de Woodstock é um exemplo disso, com seus *coloureds* de pele clara que haviam conse-

guido passar por brancos vivendo em Walmer Estate e aqueles que têm a pele escura demais vivendo abaixo de Main Road (que servia de linha divisória durante o *apartheid* entre a parte oficialmente *coloured* e a parte oficialmente branca de Woodstock). O próprio fato de que Woodstock sempre foi uma *grey area*, ou área racialmente “ambígua”, apesar de todos os esforços essencialistas do governo, também aponta para o caráter subversivo da categoria dentro do sistema essencialista.¹⁶ A categoria *coloured* parece conter em si a semente da dissolução do sistema bipolarizado, e nesse sentido assemelha-se bastante à categoria do mestiço no Brasil, onde o mestiço foi concebido como a transcendência do que Da Matta (1981) em seu famoso texto pensou como o triângulo racial cujos cantos seriam o branco, o negro e o índio. Esse potencial transcendente da mestiçagem – terreno no qual as diferenças raciais essencializadas se dissolvem –, que no Brasil é fundante da concepção da nacionalidade por meio da ideologia do branqueamento, foi rejeitado na África do Sul. Poderíamos talvez especular que no Brasil o essencialismo foi transcendido pela valorização da mestiçagem, enquanto na África do Sul, com a rejeição de qualquer possibilidade de um compromisso, o essencialismo “rigidificou-se” e atingiu um paroxismo obsessivo (não é à toa que Coetzee [1990] usa a neurose obsessiva como metáfora para entender o pensamento de *apartheid*). Nesse sentido, poderíamos pensar a rejeição do Congresso Nacional Africano por muitos *coloureds* não só como uma mostra de preconceito e um aprofundamento do essencialismo, mas como uma recusa da polarização contida neste último. Por meio da valorização da pele clara e do cabelo liso (comum na comunidade *coloured*), isto é, da valorização da fenotipia branca, e da valorização dos próprios brancos que os apartaram (afinal, foi o Partido Nacionalista, preferido por tantos eleitores *coloureds*, que os segregou dos brancos durante o *apartheid*), os *coloureds* do Cabo estariam talvez tentando estabelecer uma hierarquia na qual eles são a parte contida

no todo (da brancura), o que contrasta com o sistema essencialista e suas categorias estanques e separadas, que se baseia, como mostrei em outro artigo – Ribeiro, 1994 –, na premissa de todos separados, não havendo na ideologia possibilidade de *relação*. Durante minha estadia no Cabo, às vezes tinha a impressão de estar morando num Brasil estiolado, isto é, num lugar que potencialmente poderia ser parecido, digamos, ao Rio de Janeiro (que, como a Cidade do Cabo, também é uma antiga capital colonial com uma enorme população mestiçada), se não fosse pelo fato da imposição histórica do sistema essencialista. O Cabo permanece no contexto sul-africano como um *locus sui generis*, uma ilha rebelde num mar essencialista que se recusa a entregar-se mas tampouco pode seguir seu próprio caminho, devido à ideologia que predomina na sociedade maior. Para mim, isto explicaria o caráter peculiar da sociedade do Cabo, caráter esse que todos os sul-africanos notam e sobre o qual comentam. A relativa ausência de tensão racial no Cabo em comparação com Joanesburgo (onde a tensão é tanta que se respira no próprio ar da cidade), essa ausência comparativa do interminável cabo-de-guerra entre os pólos branco e negro deve-se exatamente a esse caráter tampão da população *coloured*, que serve de *buffer zone*, ou zona de “amortecimento”, entre os negros e brancos (até fisicamente no espaço urbano, onde as *townships* dos *coloureds* se encontram no mais das vezes entre as *townships* negras e os bairros brancos).

Voltando ao *Chaplin's*, em Sea Point, agora dá para compreender por que Jay Pather era um rapaz negro que gostava de se vestir com roupas de mulher e por que tanto ele quanto Patric são negros e *coloured*. Algo que a platéia toda havia aparentemente compreendido tinha me escapado, por eu não dominar o código local. Jay e Patric, apesar de feno-

tipicamente diversos, pertencem à mesma categoria racial. E sua identificação como *black*, como é que fica nessa história? *Coloureds* como Jay e Patric realmente têm uma identidade em comum com os africanos só por causa da luta contra o *apartheid*?

Quanto ao meu amigo Patric, freqüentemente sente que não há lugar para ele na África do Sul: como bom ativista político que é, contudo, ele só o confessa numa mesa de bar, numa conversa a dois e, mesmo assim, *en passant*, como se estivesse fazendo uma reflexão que não tem lugar normalmente em sua mente. Isto se dá porque os ativistas políticos simpatizantes do Congresso Nacional Africano (como ele) não acreditam na etnicidade: como o discurso oficial do CNA, o discurso de Patric é universalista. Não obstante, já na Nova África do Sul, Patric passou pela experiência de ser discriminado por não ser negro. Pediu uma bolsa para estudar por seis meses nos Estados Unidos e, apesar de ser bem qualificado no seu campo, perdeu a vaga para uma mulher africana. Ele me enviou um fax no qual dizia – de brincadeira – que iria fazer uma operação de mudança de sexo, além de escurecer sua pele, para ver se aumentava suas chances da próxima vez que pedisse uma bolsa. Na Cidade do Cabo, *coloureds* reclamam com freqüência de estarem sofrendo uma nova discriminação com relação a empregos: no *apartheid*, eram discriminados por não serem brancos; agora estariam sendo discriminados por não serem negros africanos.

Patric é muito bem-informado sobre a situação sul-africana. Contudo, quando discutimos a questão racial, ele termina por desabafar e diz que se sente como que “ensanduichado”. Para mim, esse seu sentimento de falta de saída, além de ser um sentimento pessoal seu, é também o dos *coloureds*. Patric não tem amigos próximos negros e não sabe qual será seu futuro no país. Pode-se dizer que durante o *apartheid* e a hegemonia branca ele era um *other*: sob o governo de maioria negra ele também continuará sendo um *other*, uma espécie de resíduo intratável. Essas dúvidas são pessoais, entretanto, e ele não as

mistura a seu discurso cotidiano, bastante politizado. Enquanto tomamos um café no *Waterfront*, no porto da cidade, numa varanda de frente para a baía da Mesa e um pôr-do-sol espetacular, Patric me diz que não quer morar em nenhum outro lugar do país a não ser na Cidade do Cabo. Mesmo insatisfatório como lhe parece, o Cabo é o melhor lugar e o mais interessante: pelo menos aí, diz ele, consegue-se respirar. Não há realmente uma transcendência (que ele às vezes projeta numa ilhazinha na costa do Senegal, onde esteve uma vez e lhe pareceu paradisíaca), mas pelo menos no Cabo a pressão não é tão grande como no resto do país.

Notas

- 1 Este artigo foi escrito baseado em pesquisa feita enquanto pesquisador visitante junto ao Centre for African Studies, University of Cape Town, África do Sul, em 1993-1994. Essa pesquisa foi possível em parte graças a uma dotação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos no Rio de Janeiro e à Fundação Ford. Agradeço a ambos os centros em questão e à Fundação Ford a ajuda prestada.
- 2 Doutorando em antropologia junto à Universidade de Utrecht, Países Baixos. Atualmente é pesquisador visitante junto ao Programa Raça e Etnia, do Núcleo da Cor, e Fundação Rockefeller, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 3 Por exemplo, existia a possibilidade de reclassificação racial oficial, que nos Estados Unidos parece ser quase impossível, segundo David, 1991, *passim*. Além disso, nos EUA a regra se aplica apenas pelo lado negro: você não deixa de ser negro se tiver algum sangue branco, mas qualquer sangue negro torna a pessoa negra, por mais branca que pareça.
- 4 Existe também o *Indian* (indiano) nessa categorização. Contudo, a existência dessa quarta categoria não modifica fundamentalmente minha argumentação aqui, principalmente considerando que no início do *apartheid*,

Indian estava incluído em *coloured*. Parece ter havido inicialmente, durante o regime de *apartheid*, alguma hesitação quanto à validade desse princípio: por exemplo, em 1955, a Appeal Board do censo teve de declarar oficialmente que um homem cujo pai é europeu e a mãe africana se torna oficialmente *coloured*, o que parece indicar que o princípio não estava tão claro e que havia dúvida (ver Brookes, 1968:24). Agradeço ao dr. Peter Fry por ter me chamado a atenção para o fato. Contudo, a tendência geral parece bem clara: é no sentido de construir *coloured* como categoria intermediária.

- 5 Ver o texto da lei em Brookes (1968:132), que define *coloured* como “*any person who is not a member of the white group or of the native group*” [qualquer pessoa que não faz parte nem do grupo branco nem do grupo nativo], assim como qualquer mulher, seja de que raça for, que se casar com um homem *coloured*.
- 6 Todas as traduções aqui são minhas.
- 7 Este parágrafo e o anterior são quase *ipsis litteri* a nota 2, p. 112 de um artigo anterior (Ribeiro, 1993).
- 8 Suponho que *Afrikander* vem entre aspas aqui porque se trata de um termo usado para designar uma categoria de mestiços claros e não os africanos ou “africanos” (como prefiro chamá-los em português) propriamente ditos.
- 9 É interessante notar que “negro” nesse período holandês referia-se àquelas que eram ou haviam sido escravos, independentemente de sua origem, enquanto que os “nativos” africanos da fronteira oriental da colônia eram designados pelo seu nome étnico – *xhosa* – e não como negros.
- 10 Um membro de uma comissão de planejamento urbano de 1950 na cidade de Durban colocou como requisitos de uma “zona racial residencial” (*residential race zone*) “limites que tanto quanto for possível constituam uma espécie de barreira que previna e desestimule o contato entre as raças em áreas residenciais vizinhas” e “acesso direto a locais de trabalho

[...] de modo que seus residentes não tenham de atravessar as áreas residenciais de uma outra raça em grandes números, ou o façam somente de trem ou por meio de uma rodovia segregada das áreas residenciais que lhe sejam adjacentes” (Havemann, 1952:67).

- 11 Ver meu artigo em preparação, Ribeiro (1994), sobre a ideologia de *apartheid* e também o excelente artigo de Coetzee (1990), no qual se indica que a manutenção da identidade essencialista exige a segregação ou, pelo menos, a separação conceitual.
- 12 A África do Sul, devido ao movimento de resistência ao *apartheid*, não possui censos acurados desde há décadas porque a população do país se recusou durante muitos anos a colaborar no que quer que fosse com o governo, inclusive no recenseamento oficial. A população estimada do país como um todo estaria em torno dos 37 a 45 milhões de habitantes.
- 13 É muito interessante seguir no livro de David a rejeição gradual do sistema tripartite tanto pelos brancos como pelos negros: os mulatos passaram a ser negros e a se identificar como negros. Como David indica, existem ainda hoje pequenos grupos nos Estados Unidos que tentam manter uma identidade mestiça e que sobreviveram até certo ponto ao assalto do sistema dualista, como os Creoles of Color, na Louisiana (remanescentes de um sistema não dualista cujas raízes estariam na Louisiana francesa), e as diversas comunidades pequenas e isoladas no leste americano, que possuem vários nomes locais, mas são designadas pelo termo genérico de “American Mestizos” (id., *ibid.*:136).
- 14 Esse sistema rigidamente dualista está, contudo, começando a ser seriamente questionado. Há um número crescente de pessoas que insistem em se classificar como “birracial”, apesar de essa classificação não ser aceita pelo governo americano.
- 15 Isto porque o *passing* só funcionava se houvesse o rompimento total de laços com a comunidade negra: qualquer suspeita de que a pessoa que passava por branca tivesse uma ascendência negra poderia levar à sua rejeição e discriminação entre os brancos, já que o sistema funciona de maneira totalizadora, baseado na regra do *one-drop*.

- 16 Esse caráter foi bem notado pelo ideólogo e idealizador do *apartheid*, o sociólogo africâner Geoffrey Cronjé (ver Coetzee, 1990 e minha discussão em Ribeiro, 1994). Para Cronjé (1945:136-67), os *coloureds* são perigosos e têm de ser segregados porque comprometem todo o sistema de *apartheid*, pela sua proximidade com a categoria branca. O personagem mais terrível no relato de Cronjé é exatamente o *coloured* ou *baster* (bastardo) que tem aparência branca mas traz em si sangue negro que se infiltrará (*insypel*) na comunidade branca e a contaminará irremediavelmente. Essa contaminação levaria ao horror dos horrores, que para Cronjé é a *bloedvermenging*, ou a miscigenação total, um estado de indistinção racial e cultural no qual todas as identidades essencialistas perecem.

Bibliografia

BROOKES, E. H.

- 1968 *Apartheid: a documentary study of modern South Africa*, London, Routledge & Kegan Paul.

COETZEE, J. M.

- 1990 "The mind of apartheid: Geoffrey Cronjé (1907-)", *Social Dynamics*, Cidade do Cabo, 17(1):1-35.

CRAPANZANO, V.

- 1986 *Waiting: the whites of South Africa*, London, Grafton Books.

CRONJÉ, G.

- 1945 *'n Tuiste vir die nageslag: die blywende oplossing van Suid-Afrika se rassevraagstukke*, Joanesburgo, Publicité.

DA MATTA, R.

- 1981 "O mito das três raças", in DA MATTA, *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*, Petrópolis, Vozes.

DAVENPORT, T. R. H.

1987 *South Africa: a modern history*, London, Macmillan Press.

DAVID, F. J.

1991 *Who is black? One nation's definition*, Pennsylvania, Pennsylvania State University Press.

ELPHICK, R. e GILIOMEE, H.

1979 *The shaping of South African society: 1652-1820*, Cidade do Cabo, Maskew Miller Longman.

HAVEMANN, E. A. E.

1952 "Planning for residential segregation" e "Group areas and residential separation", conferências lidas na Third Annual Conference of the South African Bureau of Racial Affairs, Stellenbosch, S.A.B.R.A.

MORA, F.

1971 *Diccionario de Filosofía*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana.

RIBEIRO, F. R.

1993 "'Apartheid' e democracia racial: raça e nação no Brasil e África do Sul", *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, 24:95-120.

1994 "A construção da nação na África do Sul: a ideologia individualista e o 'apartheid'". *Série Estudos Ciências Sociais*, 3, Rio de Janeiro, Núcleo da Cor, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RIDD, R.

1993 "Creating ethnicity in the British colonial cape: coloured and malay contrasted", *Africa Seminar Paper*, Cidade do Cabo, Centre for African Studies, University of Cape Town, March.

STOW, G. W.

- 1905 *The native races of South Africa: a history of the intrusion of the Hottentots and Bantu into the hunting grounds of the bushmen, the aborigines of the country*, New York, edited by George McCall Theal, Swan Sonnenschein, Londres e Macmillan.

ABSTRACT: *Coloured* as a racial category in South Africa stands for a residual element that subverts and potentially threatens the essentialist system of race classification. Differently to Brazil, where *mestiço* was conceived as the point at which the racial system would be transcended through the ideology of “whitening”, *coloured* (*mestiço*'s counterpart in South Africa) was everything the essentialist system could not classify. Instead of being the foundation of nationality as *mestiço* in Brazil, in South Africa *coloured* became a compartmentalized category just as “white” and “black”. However, essentialist classification cannot deal satisfactorily with that category, for *coloured* can potentially subvert the whole system of classification. This article attempts to show the meaning of the category in present times as well as its origin in the colonial period.

KEY WORDS: *coloured*, South Africa, race classification, essentialism.

Recebido para publicação em agosto de 1994.